

## **Intervenção do Brasil na 3ª Reunião de Ministros de Trabalho Iberoamericanos**

**Cancún, Quintana Roo, México, 25 e 26 de novembro de 2014**

### **“Segunda Sesión de Diálogo Ministerial – Innovación institucional para promover el empleo de calidad”**

Senhor Ministro Alfonso Navarrete Prida, Secretário de Trabalho e Previsão Social do México,

Senhoras e senhores,

Primeiramente, eu quero expressar os meus sinceros agradecimentos ao governo do México pelo convite para participar desta III Reunião de Ministros do Trabalho Iberoamericanos e pela oportunidade de fazer intervenção sobre o tema desafiador dessa Sessão.

O desafio do mercado de trabalho atual e do futuro não está mais relacionado apenas ao número de pessoas empregadas ou desempregadas mas, sobretudo na necessidade de promover a qualidade dos empregos já existentes.

Os resultados positivos alcançados pelo Brasil desde o ano 2003, refletem um modelo de crescimento que busca privilegiar o emprego e a distribuição de renda. Nos últimos doze anos, foram gerados mais de 20 milhões de empregos formais no Brasil e, em 2013, atingimos pela segunda vez nesta década, o mínimo histórico da taxa de desemprego medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o índice de 4,6%, nas regiões metropolitanas.

No período de 2003-2013, o índice de informalidade no mercado de trabalho caiu mais de 18 pontos percentuais, fazendo com que a economia brasileira saísse de um cenário em que o trabalho informal era predominante, para um cenário em que a formalidade do mercado de trabalho é o que prevalece. O nível médio de informalidade da população ocupada em 2013 ficou em 39,3%.

Com isso, a desigualdade de renda caiu substancialmente, com reduções médias anuais maiores do que as dos países desenvolvidos no momento em que construíam seus Estados de Bem-Estar Social.

Boa parte do avanço dos indicadores sociais no Brasil deveu-se à evolução dos programas de transferência de renda, tais como o Programa Bolsa Família, os programas de Inclusão Produtiva e a Política de Valorização do Salário Mínimo.

Em um contexto de baixo crescimento econômico, reconhecemos que inclusão produtiva e sustentabilidade constituem elementos chave para promover o estado de bem estar e a coesão social. Contudo, o processos de inclusão produtiva e social

trouxeram um novo cenário para o Brasil, com a criação de um elevado número de postos de trabalho de baixas exigências de qualificação.

Isto se deu devido ao fato de que as famílias situadas na base da pirâmide passaram a direcionar a renda adicional proveniente dos programas de transferência de renda para o consumo, especialmente de bens e serviços na base da estrutura produtiva, tais como alimentos, bebidas, vestuário, calçados, restaurantes, hotéis, viagens, cursos, entre outros.

As características desses bens e serviços pressupõem um processo de produção intensiva, no qual os trabalhadores de baixa renda, baixa qualificação e baixa produtividade compram bens produzidos por trabalhadores que também possuem os mesmos atributos.

Por tanto, o desafio que agora se coloca é sobretudo o de aumentar a qualidade dos postos de trabalho e a qualificação profissional dos trabalhadores, com ênfase nas mulheres e nos jovens.

Para isso, programas como o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) têm por objetivo melhorar a oferta, em grande escala e por regiões, de cursos voltados para a inserção no mercado de trabalho, com grande foco na qualificação profissional, especialmente para o público jovem e para as mulheres.

Este programa beneficia estudantes do ensino médio, auxilia os trabalhadores desempregados a recomeçar sua vida profissional e abre as portas do mercado de trabalho para que milhares de trabalhadores possam conquistar um emprego e uma vida digna.

Atenção especial deve ser dada aos jovens, os mais afetados em um contexto econômico instável, sendo que uma das formas de enfrentar o desafio permanente de desemprego juvenil é investir em educação desde a primeira infância e assegurar uma transição equilibrada da escola para o trabalho.

No Brasil, aprovamos a Lei do Aprendiz que criou cotas de emprego juvenil para as empresas, incentivando a contratação de jovens sem experiência no mercado. No ano de 2013, o Programa registrou o número de 335.809 aprendizes admitidos, representando um aumento de 8%, em comparação com aos dados de 2012.

Importante assinalar que a geração de trabalho e empregos de qualidade pressupõe uma maior articulação entre as políticas macroeconômicas, as políticas de trabalho, emprego e geração de renda e as políticas sociais, com vistas a um desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Na área de infra-estrutura destacamos, entre outros, o Plano Brasil Maior, uma política industrial, tecnológica e externa do Governo federal, que se concentra na inovação e na densidade produtiva do parque industrial brasileiro, com o objetivo aumentar a produtividade do trabalho de modo sustentável.

Com o objetivo de reduzir a burocracia, o Governo criou também o Simples Nacional, criado por um projeto de lei complementar, no ano de 2006, que consiste em juntar, em

um único documento, oito diferentes impostos e contribuições de microempresários, pequenos empresários e de empreendedores individuais.

Um Projeto de Lei Complementar de 2008, criou condições especiais para facilitar a transição do trabalhador informal para Microempreendedor Individual (MEI). Desta forma, o trabalhador fica protegido e pode acessar benefícios sociais como licença maternidade remunerada, auxílio financeiro para doença, aposentadoria, entre outros.

Cabe ainda ressaltar que a continuidade do esforço coordenado entre as áreas de Trabalho, Educação, Economia e Finanças é crucial para colocar o trabalho decente e o emprego de qualidade no centro dos processos de recuperação econômica.

Iniciativas como essas adquirem maior legitimidade quando construídas de forma a assegurar a consulta entre os governos e os atores sociais. Por isso, consideramos importante assegurar a existência de mecanismos de consulta tripartite, tanto no âmbito nacional quanto nos âmbitos regional e internacional, alinhados com os pressupostos da OIT, como parte integrante do processo de desenho, execução e monitoramento das políticas públicas.

Neste sentido, tenho a satisfação de registrar que o Brasil foi o primeiro País a realizar uma Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente, em 2012, no marco do processo de implementação da Agenda Nacional de Trabalho Decente. Desde a fase de planejamento, passando pela execução e monitoramento, a Agenda Nacional de Trabalho Decente conta com mecanismos institucionais de cooperação intersetorial e de diálogo social.

A articulação de políticas entre as áreas de Trabalho, Educação, Economia e Finanças tem sido reconhecida como indispensável pelos governos, trabalhadores, empregadores e também pelos principais organismos internacionais e tem se consolidado em importantes foros de discussão, a exemplo do G20, OIT e OCDE, entre outros.

Entendemos que a promoção do trabalho decente e do emprego de qualidade pressupõe uma ação concertada entre os setores público, privado e outros setores da sociedade civil, visando a implementação de medidas de desconcentração de renda que, além de estimular o consumo, também possa fomentar a geração de mais e melhores empregos.

Para isso é importante assegurar que os serviços sociais sejam articulados com os sistemas públicos de emprego, de modo a promover a inserção produtiva e elevar os níveis de renda, de forma sustentável.

Termo agradecendo mais uma vez aos organizadores desta reunião e desejando muito sucesso nos debates que serão conduzidos nestes dois dias de intercâmbio e busca de idéias inovadoras para a promoção do emprego de qualidade.

Muito obrigado.

**MANOEL DIAS**